

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - 1º Semestre de 2018

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo - (APE), caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército - (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação - (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A.. Opera com recursos captados, majoritariamente, em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria. Como produtos, oferece a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades. Mais de 126.000 financiamentos já foram concedidos em todo o país. Conta com um sistema de governança corporativa que garante o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos associados, das organizações parceiras, da sociedade em geral e com o conceito de responsabilidade socioambiental.

Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece atendimento telefônico por meio de sua Central de Relacionamento, com suporte para o atendimento a deficientes auditivos ou de fala. Conta, também, com uma Ouvidoria comprometida em respeitar e evidenciar a importância do cliente.

Mantém estrutura de pessoal qualificado e em quantidade compatível para atender, em melhores condições, as demandas provenientes de seu negócio e para permitir o alcance de seus objetivos. Em 30 de junho de 2018, contava com 7 dirigentes, 1.300 empregados, 100 estagiários e 56 jovens aprendizes selecionados entre integrantes da parcela mais carente da sociedade.

2. Contexto econômico

Em relação ao cenário externo, o movimento em direção ao aumento das medidas protecionistas e a perspectiva de uma elevação mais rápida dos juros nos Estados Unidos da América trouxeram como impacto mais visível a desvalorização do Real, obrigando o Banco Central a atuar para conter a volatilidade do mercado.

No cenário doméstico, o semestre foi caracterizado pela paralisação da agenda de reformas e a consequente indefinição de como será enfrentado o problema fiscal e o endividamento público. Ao quadro, somaram-se as consequências negativas da greve dos caminhoneiros, com o consequente aumento de preços e com o seus impactos direto e indireto sobre as contas públicas.

O final do 1º semestre foi marcado, ainda, pela revisão do crescimento do Produto Interno Bruto - (PIB) e das previsões de inflação para o ano de 2018. As expectativas de crescimento do PIB passaram de 2,7% para 1,55%, entre o início de maio e o final do mês de junho, de acordo com o boletim Focus do Banco Central. Segundo o mesmo documento, o índice inflacionário (IPCA) projetado para o final de 2018 cresceu de 3,5% para 4,03%. O Comitê de Política Monetária em sua última reunião do semestre manteve a Taxa SELIC inalterada em 6,50%, em razão da fraca recuperação da economia.

Em relação aos produtos oferecidos pela POUPEX, nos primeiros seis meses de 2018 houve redução da taxa de juros do financiamento imobiliário, mas não ocorreu a demanda esperada. Alguns analistas julgam que as incertezas do quadro eleitoral e o desemprego ainda elevado tornam os clientes mais cautelosos em suas decisões de consumo, especialmente na aquisição de bens de consumo duráveis.

Por outro lado, a poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros. De janeiro a junho, os brasileiros depositaram R\$ 7,35 bilhões a mais do que retiraram da caderneta, segundo dados do Banco Central. A queda nos juros tornou esse investimento mais atrativo, pois vem garantindo rendimentos acima da inflação.

3. Desempenho da POUPEX

A Associação apresentou resultado de R\$ 36.332 mil ao final do 1º semestre de 2018. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado foi de 7% (desconsiderando, no PL, o valor dos recursos dos associados poupadores). As receitas atingiram R\$ 306.215 mil e as despesas somaram R\$ 269.883 mil.

Em 30 de junho de 2018, registrou patrimônio líquido de R\$ 6.334.525 mil, com aumento de 16,58% em relação

à mesma posição de 2017. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 14,57%, atingindo R\$ 7.664.621 mil.

A POUPEX manteve sua participação de 9,6521% no capital da Companhia Brasileira de Securitização - (CIBRASEC). A Caderneta de Poupança POUPEX fechou o primeiro semestre de 2018 com captação positiva de R\$ 186.530 mil. Os recursos dos associados poupadores somaram R\$ 5.306.101 mil em 30 de junho de 2018, evidenciando acréscimo de 18,66% em relação ao volume registrado no mesmo período de 2017 (R\$ 4.471.797 mil). No último dia do mês de junho, havia 1.601.733 associados à poupança POUPEX, quantidade 1,10% maior, se comparada ao mesmo período de 2017 (1.584.288).

Com o objetivo de ampliar as fontes para o crédito imobiliário, desde 2016 a POUPEX mantém um programa de emissão de Letras de Crédito Imobiliário - (LCI). Durante o primeiro semestre de 2018, foram realizadas emissões em um montante de R\$ 130.356 mil.

Quanto ao produto Financiamento Imobiliário, de janeiro a junho foram concedidos 1.378 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário, alcançando o montante de R\$ 87.429 mil. Desse total: R\$ 54.961 mil corresponderam a contratações na linha de material de construção e R\$ 32.468 mil foram contratações na linha de aquisição/construção de imóveis e empréstimo com garantia imobiliária.

Conforme disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX tem R\$ 419.164 mil (valor de mercado) em títulos mantidos até o vencimento por os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o final da curva, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

No primeiro semestre, a Associação realizou as seguintes atividades:

- redução na taxa de juros das linhas de crédito imobiliário para aquisição/construção de imóvel residencial e para a compra de terreno em regularização no Distrito Federal;
- lançamento de campanha institucional para a divulgação do Financiamento Imobiliário e do Empréstimo com Garantia Imobiliária, com veiculação de peças nas cidades de Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Santa Maria (RS) e Santiago (RS);
- celebração de parceria com federações para acesso ao financiamento imobiliário e promoção de reunião com representantes do setor imobiliário do Distrito Federal sobre os programas habitacionais oferecidos pela instituição;
- curso preparatório interno visando à certificação profissional em crédito imobiliário CA-600 da ABECIP/FGV para empregados de diversos Pontos de Atendimento, da Gerência de Crédito Imobiliário, Gerência de Operações Imobiliárias, Gerência de Administração de Crédito Imobiliário, do Crédito e do Centro de Relacionamento com o Cliente;
- implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, ciclo 2018-2021;
- aprovação do Regimento Interno do Comitê de Riscos - (COSTI) e de políticas pertinentes a várias atividades da instituição;
- realização de palestras internas abordando temas como: visão panorâmica das atividades e dos processos conduzidos pelas Unidades Técnico-Administrativas - (UTAs); o emprego da defesa cibernética no mercado financeiro; e conjuntura econômica e política do país;
- nomeação dos integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - (CIPA), para ciclo 2018/2019; dos integrantes do Comitê de Ética, ciclo 2018/2020; e de integrantes do Comitê de Análise de Desempenho - (CADEV) e do Comitê de Orçamento de (COMOR);
- reformulação da *intranet* concentrando de forma mais fácil e interativa informações de interesse do público interno;
- desenvolvimento de projetos com enfoque social como: incentivo a campanhas beneficentes, participação de seus empregados em eventos esportivos, entre outros.

ERON CARLOS MARQUES

Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo circulante		4.899.418	3.898.823
Disponibilidades	3.b e 4	16	2.618
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	3.090.155	2.494.773
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.090.155	2.494.773
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	427.219	282.110
Carteira própria		427.219	282.110
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.068.301	823.246
Créditos vinculados		1.068.301	823.246
Depósitos no Banco Central		1.068.301	823.188
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		-	58
Operações de crédito	3.f e 8	246.673	231.784
Operações de crédito		270.654	251.621
Setor privado		270.654	251.621
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(23.981)	(19.837)
Outros créditos	9	66.727	63.946
Rendas a receber		27	131
Diversos		66.700	63.815
Outros valores e bens	3.g e 10	327	346
Outros valores e bens		550	674
Provisões para desvalorizações		(260)	(360)
Despesas antecipadas		37	32
Ativo não circulante		2.765.203	2.790.972
Realizável a longo prazo		2.722.649	2.737.075
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	492.203	608.107
Carteira própria		492.203	608.107
Relações interfinanceiras	3.e e 7	832.855	762.858
Créditos vinculados		93.615	89.445
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		148.111	139.316
Provisão para perdas - FCVS		(54.496)	(49.871)
Repasses interfinanceiros		739.240	673.413
Operações de crédito	3.f e 8	1.364.895	1.352.404
Operações de crédito		1.426.448	1.444.010
Setor privado		1.426.448	1.444.010
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(61.553)	(91.606)
Outros créditos	9	5.826	7.872
Diversos		5.826	7.872
Depósitos judiciais		5.089	7.872
Diversos		737	-
Outros valores e bens	3.g e 10	26.870	5.834
Outros valores e bens		26.832	5.834
Despesas antecipadas		38	-
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	15.618	20.312
Imóveis de uso		9.253	9.253
Outras imobilizações de uso		32.880	31.860
Depreciações acumuladas		(26.515)	(20.801)
Intangível	3.j e 13	19.126	25.775
Ativos intangíveis		32.861	32.388
Amortização acumulada		(13.735)	(6.613)
TOTAL		7.664.621	6.689.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
Receitas da intermediação financeira		278.492	348.395
Operações de crédito	7.e e 8.c	120.028	141.565
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	126.881	178.361
Resultado das aplicações compulsórias	7.e	31.583	28.469
Despesas da intermediação financeira		(162.019)	(215.809)
Operações de captação no mercado	14, 15 e 17.a	(161.606)	(197.741)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(413)	(18.068)
Resultado bruto da intermediação financeira		116.473	132.586
Outras receitas/despesas operacionais		(81.616)	(73.997)
Rendas de tarifas bancárias		2.353	2.175
Despesas de pessoal	18.b	(56.235)	(64.833)
Outras despesas administrativas	18.c	(17.350)	(22.137)
Despesas tributárias	18.d	(8.945)	(12.123)
Outras receitas operacionais	18.a	16.831	29.593
Outras despesas operacionais	18.e	(18.270)	(6.672)
Resultado operacional		34.857	58.589
Resultado não operacional	18.f	1.475	824
Resultado líquido		36.332	59.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017 - (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2018	%	1º Semestre 2017	%
1 - Receitas	297.693		361.656	
1.1 - Intermediação financeira	278.492		348.395	
1.2 - Prestação de serviços	2.353		2.175	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (constituição)	(413)		(18.068)	
1.4 - Outras	17.261		29.154	
2 - Despesas de intermediação financeira	161.606		197.741	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	29.812		24.206	
3.1 - Materiais, energia e outros	7.977		11.685	
3.2 - Serviços de terceiros	2.282		3.437	
3.3 - Outras	19.553		9.084	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.119		2.296	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	18.270		6.672	
3.3.3 - Despesas não operacionais	164		116	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	106.275		139.709	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	5.941		4.686	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	100.334		135.023	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	399		503	
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	399		503	
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	100.733	100,00	135.526	100,00
9 - Distribuição do valor adicionado	100.733	100,00	135.526	100,00
9.1 - Pessoal	47.035	46,69	55.079	40,64
9.1.1 - Remuneração direta	34.077		39.386	
9.1.2 - Benefícios	10.105		9.930	
9.1.3 - FGTS	2.853		5.763	
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	17.360	17,23	21.029	15,52
9.2.1 - Federais	16.903		20.748	
9.2.2 - Estaduais	25		28	
9.2.3 - Municipais	432		253	
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	6	0,01	5	0,00
9.3.1 - Aluguéis	6		5	
9.4 - Remuneração de capitais próprios	36.332	36,07	59.413	43,84
9.4.1 - Resultados retidos/prejuízos do exercício	36.332		59.413	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017 - (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Resultado líquido	36.332	59.413
Ajustes ao resultado líquido	5.545	23.012
Provisão para operações de crédito	413	18.068
Provisão para perdas - Créditos Vinculados	1.294	-
Provisão para perdas - FCVS	1	2
Depreciações/Amortizações	5.941	4.686
Perda por valor recuperável - <i>Impairment</i>	-	4.089
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(2.127)	(3.881)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	23	48
Variações patrimoniais	(118.295)	(982)
Aumento em ativos operacionais	(107.098)	(135.104)
Redução/Aumento de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	69.189	(68.920)
Aumento de repasses interfinanceiros	(45.876)	(2.198)
Alienação de bens não de uso próprio	2.835	1.654
Aquisição de bens não de uso próprio	(20.852)	(3.869)
Baixa de provisão para perdas - FCVS	-	(44)
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	-	(1.561)
Baixa de crédito em prejuízo	(416)	-
Redução/Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.703)	4.246
Aumento de FGTS a ressarcir	57	2
Aumento de FCVS	(4.343)	(4.731)
Aumento de operações de crédito	(93.364)	(63.232)
Aumento de outros créditos	(11.770)	(458)
Redução de outros valores e bens	27	3
Ajustes de avaliação patrimonial	118	4.004
Redução/Aumento em passivos operacionais	(11.197)	134.122
Redução/Aumento em outras obrigações	12.661	(13.244)
Aumento/Redução de recursos de aceites e emissão de títulos	(23.858)	147.366
Caixa gerado (utilizado) pelas operações	(76.418)	81.443
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Aplicação em títulos e valores mobiliários e derivativos	(66.177)	(202.499)
Resgate de títulos e valores mobiliários e derivativos	-	119.334
Aquisições de imobilizado de uso	(929)	(1.077)
Aquisição de ativos intangíveis	-	(3.940)
Reclassificação/Aquisição de obras em andamento	-	741
Redução de juros/Dividendos recebidos	249	100
Caixa utilizado pelas atividades de investimento	(66.857)	(87.341)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Aumento/Redução de recursos de associados poupadores	305.932	(12.896)
Redução/Aumento de depósitos	(4.341)	134.389
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	301.591	121.493
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	158.316	115.595
Modificação na posição financeira		
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.837.748	2.335.250
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.996.064	2.450.845
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	158.316	115.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017 - (Em milhares de Reais)					
	Recursos dos associados	Reserva de resultados (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.484.693	906.107	(7.615)	-	5.383.185
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	4.004	-	4.004
Juros	125.979	-	-	-	125.979
Atualização	21.212	-	-	-	21.212
Captação líquida do semestre	(160.087)	-	-	-	(160.087)
Resultado líquido do semestre	-	-	-	59.413	59.413
Saldo em 30 de junho de 2017	4.471.797	906.107	(3.611)	59.413	5.433.706
Mutações do semestre	(12.896)	-	4.004	59.413	50.521
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.168	996.095	(4.121)	-	5.992.142
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	118	-	118
Juros	119.403	-	-	-	119.403
Atualização	-	-	-	-	-
Captação líquida do semestre	186.530	-	-	-	186.530
Resultado líquido do semestre	-	-	-	36.332	36.332
Saldo em 30 de junho de 2018	5.306.101	996.095	(4.003)	36.332	6.334.525
Mutações do semestre	305.933	-	118	36.332	342.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2018
Valores expressos em milhares de Reais

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada nos termos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - (SFH). A matriz da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. Tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e a construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. A POUPEX compõe o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação - (SFH), sendo supervisionada pelo Banco Central do Brasil - (BACEN).

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A.. Em conformidade com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa, atualmente, duas cadeiras de participação no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem, necessariamente, conta-poupança estabelecida com o Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

Além da poupança, a POUPEX conta hoje com operações passivas em Letras de Crédito Imobiliário - (LCI), Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - (DII) e Depósitos Especiais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional - (CMN) e do Banco Central do Brasil - (BACEN) alinhadas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - (COSIF). A Demonstração do Valor Adicionado - (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emite pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (IFRS em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional - (CMN) que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - (DFC); CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de agosto de 2018 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8); a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16); a valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6); a provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões que porventura venham a surgir. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente realizadas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e classificam-se nas categorias abaixo, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido - "Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda" - até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA).

ii.2 Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela "curva de cupom de TR" divulgada diariamente pela [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e pelos encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos vinculados ao SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - (FCVS): A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e da atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias é tratada como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando realizadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária em que não há nenhum tipo de influência significativa e estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado e avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos quando identificadas por meio de avaliação técnica consubstanciada por laudo emitido por profissional qualificado de acordo com a NBR 14653 Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos). O cálculo da depreciação é realizado utilizando-se o método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por itens sem substância física, separadamente identificáveis, com vida útil definida, referindo-se basicamente aos desembolsos para aquisição de *softwares* por meio de contratos. São amortizados durante sua vida útil econômica estimada e são registrados pelo custo de aquisição e demais despesas para colocá-lo em disponibilidade de uso deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os imóveis de uso são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/ evidência de redução ao *valor recuperável* por meio de avaliação técnica por profissional contratado para este fim conforme previsto na NBR 14653.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*.

Este último é o valor mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*.

l. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representados pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, lastreado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e pelos juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	16	2.618
Caixa	16	11
Depósitos Bancários	-	2.607
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários¹	2.996.048	2.448.227
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.996.064	2.450.845

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas equivalentes de caixa:

Título	Emissor	30/06/2018	30/06/2017
CDI	Banco do Brasil S.A.	2.990.543	2.442.436
Fundo	BB CP Auto	23	89
Fundo	BB CP 400 mil	101	94
Fundo	BB CP Corporativo RF - CP 10 Milhões	5.381	5.608
Total		2.996.048	2.448.227

Considerando o 1º semestre de 2018, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 6,45% a.a. (11,64% a.a. no 1º semestre de 2017) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados a TMS; 6,82% a.a. (12,24% a.a. no 1º semestre de 2017) para aplicações indexadas ao CDI, nos demais Bancos, e 5,38% a.a. (11,50% a.a. no 1º semestre de 2017) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2018 e 2017 as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.090.155	2.494.773
<i>Não ligadas</i>	3.090.155	2.494.773
Classificação do Ativo		
<i>Circulante</i>	3.090.155	2.494.773

Vencimento em dias	0-30	31-180	Total	%
<i>CDI-OVER</i>	2.990.543	-	2.990.543	96,69
<i>CDI-PÓS</i>	9.256	90.356	99.612	3,31
Total	2.999.799	90.356	3.090.155	100,00

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	95.005	133.035

6 Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os TVM estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

	30/06/2018				30/06/2017					
	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado			
1-Títulos disponíveis para venda	164.865	36.579	25.637	284.773	511.854	507.895	(3.959)	413.969	410.358	(3.611)
Títulos públicos	-	-	-	58.628	58.628	54.454	(4.174)	55.622	50.192	(5.430)
CVS	-	-	-	49.706	49.706	45.672	(4.034)	55.622	50.192	(5.430)
LTN	-	-	-	8.922	8.922	8.782	(140)	-	-	-
Títulos privados	164.865	36.579	25.637	226.145	453.226	453.441	215	358.347	360.166	1.819
Cotas de Fundos	164.865	-	-	4.708	169.573	169.576	3	159.516	159.516	-
DPGE	-	36.579	4.149	29.111	69.839	69.959	120	41.668	41.694	26
LF	-	-	21.488	114.043	135.531	135.446	(85)	51.331	51.293	(38)
LFSN	-	-	-	78.283	78.283	78.460	177	105.832	107.663	1.831
2-Títulos mantidos até o vencimento	-	200.063	-	211.464	411.527	419.164	7.637	479.859	489.363	9.504
Títulos públicos	-	195.357	-	195.357	197.062	197.062	1.705	187.645	190.563	2.918
NTN	-	195.357	-	195.357	197.062	197.062	1.705	187.645	190.563	2.918
Títulos privados	-	4.706	-	211.464	216.170	222.102	5.932	292.214	298.800	6.586
CRI	-	-	-	-	-	-	-	388	392	4
LF	-	-	-	-	-	-	-	50.326	50.363	37
LFS	-	-	-	-	-	-	-	27.044	27.182	138
LFSN	-	-	-	211.464	211.464	217.390	5.926	195.614	201.994	6.380
DPGE	-	4.706	-	4.706	4.712	4.712	6	18.842	18.869	27
Total	164.865	236.642								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2018
 Valores expressos em milhares de Reais

	30/06/2018				30/06/2017					
				Total			Total			
Vencimento em dias	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	164.865	236.642	25.637	496.237	923.381	927.059	3.678	893.828	899.721	5.893
Carteira própria	164.865	236.642	25.637	496.237	923.381	927.059	3.678	893.828	899.721	5.893

	30/06/2018			30/06/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	427.219	492.203	919.422	282.110	608.107	890.217
Carteira própria	427.219	492.203	919.422	282.110	608.107	890.217

b. Resumo da carteira consolidada por categoria

	30/06/2018	30/06/2017
Por categoria		
Títulos disponíveis para venda	507.895	410.358
Títulos mantidos até o vencimento	411.527	479.859
Valor contábil da carteira	919.422	890.217
Marcação a mercado mantido até o vencimento	7.637	9.504
Valor de mercado da carteira	927.059	899.721

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide Nota Explicativa nº 3.d):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa nº 3.d.

Operações prefixadas

O valor a mercado de um título prefixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros prefixados verificada na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão. Em junho de 2017 a POUPEX realizou aplicações em Letras do Tesouro Nacional - (LTN).

Operações pós-fixadas

O respectivo valor de mercado foi apurado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data base do balanço.

c. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos de renda fixa	26.829	36.741
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	5.046	8.585
Total	31.875	45.326

d. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

Nos exercícios de 2018 e 2017, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7 Relações interfinanceiras
a. Composição

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos vinculados	1.161.916	912.691
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	1.068.301	823.188
SFH - FGTS a ressarcir	-	58
SFH-Fundo de compensação de variações salariais	93.615	89.445
Principal com opção pela novação	148.111	139.316
(-) Provisão para perdas	(54.496)	(49.871)

Repasse interfinanceiros

	30/06/2018	30/06/2017
Devedores por repasses de outros recursos	739.240	673.413
Total	1.901.156	1.586.104

Classificação do ativo

	30/06/2018	30/06/2017
Circulante	1.068.301	823.246
Não circulante	832.855	762.858
Total	1.901.156	1.586.104

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimentos obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, e da Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002 – alterada pela Circular BACEN nº 3.890, de 28 março de 2018. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta 6.2.1.00.00-3 APE - Recursos de Associados Poupadores. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento), observado o disposto no art. 4º da Circular BACEN nº 3.093, alterado pela Circular BACEN nº 3.890, de 28 de março de 2018, que reduziu a alíquota da exigibilidade de encaixe obrigatório de 24,5% para 20%. O recolhimento obrigatório realizado pela POUPEX observou, ainda, as orientações emanadas pela Circular BACEN nº 3.757, de 28 de maio de 2015, pela Circular BACEN nº 3.708, de 3 de junho de 2016 - revogada pela Carta Circular BACEN nº 3.824, de 13 de junho de 2017 - e pela Circular BACEN nº 3.794, de 15 de junho de 2016, que tratavam da dedução para financiamento de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - (SFH). O saldo da conta de recolhimento correspondente ao depósito de poupança, no BACEN, faz jus a remuneração, creditada à respectiva conta de recolhimento conforme cálculo previsto no art. 7º da Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002 - alterada pela Circular BACEN nº 3.757, de 28 de maio de 2015.

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – (FCVS), com as instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH). A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. O saldo do FCVS é de R\$ 148.111, em 30 de junho de 2018 (R\$ 139.316, em 30 de junho de 2017).

A provisão para perdas no montante de R\$ 54.496, em 30 de junho de 2018 (R\$ 49.871, em 30 de junho de 2017) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte desses créditos, não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa nº 3.e).

A base da Provisão é constituída da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2017
Situação da carteira		
A habilitar (i)	32.657	31.284
Habilitados e não homologados (ii)	5.256	4.336
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	40.108	37.139
Habilitados e homologados (iv)	28.362	30.762
Negativa de cobertura (v)	35.441	33.900
Contratos novados (vi)	254.251	239.073
Outros	5.429	1.012
Total	401.504	377.506

(i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados com a Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 14.967, em 30 de junho de 2018 (diferença de R\$ 14.028, em 30 de junho de 2017) a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos estão sendo imputados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

(vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

d. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – (DI).

e. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos vinculados ao Banco Central	28.535	28.112
Juros de encaixe obrigatório	28.535	28.112
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.295)	(4.089)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	4.343	4.446
Resultado das aplicações compulsórias (i)	31.583	28.469
Repasse interfinanceiro (ii)	22.337	36.485
Total	53.920	64.954

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias nas demonstrações de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito nas demonstrações de resultados, de acordo com o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – (COSIF), documento nº 8 - Demonstração do Resultado.

8 Operações de crédito
a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos	18.258	17.897
Empréstimo com garantia imobiliária	18.258	17.897
Financiamentos Imobiliários	1.678.844	1.677.734
Financiamentos – Habitação	1.672.840	1.653.305
Financiamentos – Obras	6.004	24.429
Total da carteira de crédito	1.697.102	1.695.631
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(85.534)	(111.443)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.611.568	1.584.188
Classificação do Ativo		
Circulante	246.673	231.784
Não circulante	1.364.895	1.352.404
Total	1.611.568	1.584.188

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco segregados por créditos em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas.

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso normal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2018
Vincendas										Total
01 a 30 dias	7.673	9.241	1.375	51	13	2.641	2	3	27	21.026
31 a 60 dias	7.621	9.091	1.354	51	13	1.102	2	3	27	19.264
61 a 90 dias	7.569	8.935	1.331	51	12	7.912	2	3	22	25.837
91 a 180 dias	22.403	25.821	3.877	151	36	9.014	6	9	63	61.380
181 a 360 dias	43.487	51.887	7.164	292	70	7.460	13	16	118	110.507
Acima de 360 dias	816.216	283.900	51.647	7.477	1.424	88.593	128	81	769	1.250.235
Subtotal	904.969	389.160	66.802	8.102	1.574	117.200	153	115	1.026	1.489.101

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso anormal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2018
Vincendas										Total
01 a 30 dias	1	195	355	323	89	69	48	33	100	1.213
31 a 60 dias	1	194	353	321	88	68	47	33	100	1.205
61 a 90 dias	1	194	350	319	87	67	47	33	99	1.197
91 a 180 dias	1	576	1.039	941	258	2.514	139	612	289	6.369
181 a 360 dias	3	1.134	2.030	1.834	499	825	268	175	1.754	8.522
Acima de 360 dias	68	31.239	49.339	44.990	10.323	23.270	4.930	3.486	8.569	176.214
Subtotal	76	33.937	54.646	50.372	11.811	28.639	6.986	5.607	15.927	208.001
Total	905.045	423.097	121.448	58.474	13.385	145.839	7.139	5.722	16.953	1.697.102

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso normal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017
Vincendas										Total
01 a 30 dias	7.084	10.141	1.550	45	7	166	6	3	31	19.033
31 a 60 dias	7.022	9.960	1.527	45	7	165	6	3	31	18.766
61 a 90 dias	6.962	9.771	1.503	45	7	162	6	3	31	18.490
91 a 180 dias	20.531	28.244	4.385	132	22	3.935	18	8	74	57.349
181 a 360 dias	39.555	52.358	8.215	254	43	5.193	34	15	118	105.785
Acima de 360 dias	664.872	402.772	61.471	5.199	1.659	111.828	960	91	791	1.249.643
Subtotal	746.026	513.690	78.696	5.736	1.749	121.664	1.040	123	1.078	1.469.802

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso anormal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017
Vincendas										Total
01 a 30 dias	-	193	249	322	140	87	63	77	275	1.406
31 a 60 dias	-	192	248	321	139	86	63	77	271	1.397
61 a 90 dias	-	192	246	319	138	716	63	76	267	2.017
91 a 180 dias	-	571	730	946	408	252	185	225	777	4.094
181 a 360 dias	-	1.122	1.426	1.852	787	484	787	433	1.462	8.353
Acima de 360 dias	-	30.431	33.382	45.406	15.795	29.211	10.392	11.803	17.949	194.369
Subtotal	-	33.112	37.074	50.780	18.131	31.484	12.075	13.229	29.944	225.829
Total	746.026	546.802	115.770	56.516	19.880	153.148	13.115	13.352	31.022	1.695.631

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2018
Valores expressos em milhares de Reais

O montante da provisão em 30 de junho de 2018 é de R\$ 60.457 (R\$ 60.935, em 30 de junho de 2017). A provisão para os créditos classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN). A provisão dos demais níveis é calculada de acordo com os percentuais definidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Quando computadas as operações em prejuízo com característica de “desequilíbrio”, o estoque de saldo, em 30 de junho de 2018, passa a ser de R\$ 212.057 (R\$ 212.703, em 30 de junho de 2017).

Créditos Renovados e Renegociados

	Total da Carteira	
	30/06/2018	30/06/2017
Créditos Renegociados		
Saldo inicial (i)	278.887	67.054
Recuperados do prejuízo (ii)	1.859	335
Transferidos para prejuízo (iii)	(5.028)	(1.094)
Renegociados (iv)	3.899	7.932
Renovados no semestre (v)	39.433	-
Liquidados (vi)	(39.442)	(632)
Juros incorporados (vii)	1.001	1.245
Valores amortizados (viii)	(14.257)	(1.129)
Saldo no final (ix)	266.352	73.711
Composição dos Renegociados		
Renovados	196.565	
Renegociados por atraso	69.787	
Total	266.352	

Onde:
(i) Saldo no início - Corresponde ao saldo da referência anterior (2º semestre de 2017).
(ii) Recuperados do Prejuízo - Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no último semestre.
(iii) Transferidos para Prejuízo - Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que por reincidir na inadimplência foi transferido para prejuízo no último semestre.
(iv) Renegociados - Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no último semestre.
(v) Renovados - Créditos renegociados de operações não vencidas.
(vi) Liquidados - Corresponde ao saldo das operações liquidadas no último semestre.
(vii e viii) Juros Incorporados e Valores Amortizados - Correspondem aos juros incorporados nas operações e às amortizações do período.
(ix) Saldo no final - Corresponde ao saldo da referência atual.
* Os valores para os créditos renovados receberam tratamento sistêmico desde o segundo semestre de 2017 e neste semestre iniciou-se o reporte para os valores referidos como “renovados” no quadro acima. Por este motivo não há valores comparativos com posição em 30.06.2017.

9 Outros créditos
a. Composição do grupamento

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas a receber	27	131
Diversos	72.526	71.687
Adiantamento e antecipações salariais	7.729	7.602
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	205	180
Devedores por depósitos em garantia	5.089	7.140
Pagamentos a ressarcir	1.531	1.479
Devedores diversos – País	57.964	55.286
Outros impostos/Contribuições a compensar	8	-
Total	72.553	71.818
Classificação do ativo		
Circulante	66.727	63.946
Não circulante	5.826	7.872
Total	72.553	71.818

Rendas a receber
Registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.
Adiantamentos e antecipações salariais
Registra os adiantamentos e as antecipações concedidos aos empregados da Instituição.
Adiantamentos para pagamento de nossa conta
Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.
Devedores por depósitos em garantia
Registram os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.
Pagamentos a ressarcir
Referem-se a valores a ser ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.
Devedores diversos - País
Registra, por titular, as importâncias devidas à instituição por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.
Composição

	30/06/2018	30/06/2017
Sistema PEX/Poupança Livre - Não Sujeitas a Compulsório	6.752	5.929
Consignação a receber de terceiros	15.459	14.895
Cobrança	3	3
Complemento de prestações a receber	4.030	3.629
Valores a receber da FHE	31.544	30.819
Outros	176	11
Total	57.964	55.286

Outros impostos/Contribuições a compensar
Registra valores de impostos e contribuições retidos na fonte por terceiros ou que a instituição tenha o direito de compensar, de acordo com a legislação tributária vigente.
Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório
Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição. Destaca-se neste item a movimentação valorizada, no valor de R\$ 6.752, considerada na competência de junho de 2018, em consonância com as normas legais, a ser baixada até o segundo dia útil do mês posterior.
Consignação a receber de terceiros
Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.
Complementos de prestações a receber
Registram a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.
Valores a receber da FHE
Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército - FHE sobre o custo de pessoal da POUPEX e de despesas de tecnologia.

10 Outros valores e bens

Composição

	30/06/2018	30/06/2017
Outros valores e bens	27.122	6.148
Bens não de uso próprio	27.092	6.194
Material em estoque	290	314
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(260)	(360)
Despesas antecipadas	75	32
Total	27.197	6.180
Classificação do ativo		
Circulante	327	346
Não circulante	26.870	5.834
Total	27.197	6.180

Bens não de uso próprio
Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em doação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.
Provisão para desvalorização de outros valores e bens
Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta “bens em regime especial”.

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

11 Investimentos

Referem-se à participação acionária de 9,6521% na Companhia Brasileira de Securitização – (CIBRASEC), no valor de R\$ 7.810, em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.
A CIBRASEC teve autorização da Comissão de Valores Mobiliários - (CVM) em 07 de fevereiro de 2017, para publicar como fato relevante o 7º Aditamento ao Acordo de Acionistas da CIBRASEC, datado de 10 de agosto de 2016. Neste comunicado ao mercado, a CIBRASEC informa que mais de 75% dos acionistas aderiram ao acordo. Desta forma, o percentual de participação da POUPEX passou de 9,0905% para os atuais 9,6521% em tela. O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC, em 30 de junho de 2018, foi de R\$ 251 (R\$ 276, em 30 de junho de 2017).

12 Imobilizado de uso

	1º Semestre					
	Taxa de depreciação		Perda por Valor		2018 - líquido	2017 - líquido
	- %	Custo	Recuperável	Depreciação		
Imobilizado						
Edificações	4	9.253	(1.105)	(2.006)	6.142	7.617
Móveis e equipamentos de uso	10	5.611	-	(3.324)	2.287	2.557
Sistema de comunicação	20	797	-	(612)	185	314
Sistema de processamento de dados	20	25.581	-	(18.885)	6.696	9.344
Sistema de transportes	20	891	-	(583)	308	480
Total		42.133	(1.105)	(25.410)	15.618	20.312

	1º Semestre 2018					Saldo final 30/06/2018
	Saldo final 31/12/2017	Aquisições	Perda por Valor Recuperável	Baixas/ Transferências	Saldo final 30/06/2018	
				Depreciação		
Edificações	6.327	-	-	(185)	6.142	
Móveis e equipamentos de uso	2.380	171	-	(40)	2.287	
Sistema de comunicação	243	-	-	(11)	185	
Sistema de processamento de dados	7.734	804	-	(139)	6.696	
Sistema de transportes	393	-	-	(85)	308	
Total	17.077	975	-	(190)	15.618	

	1º Semestre de 2017				Saldo final 30/06/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Aquisições	Baixas/ Transferências	Depreciação	
Imobilizações em curso	740	-	(740)	-	-
Edificações	7.059	-	740	(182)	7.617
Móveis e equipamentos de uso	2.843	116	(45)	(357)	2.557
Sistema de comunicação	358	27	-	(71)	314
Sistema de processamento de dados	11.125	193	(3)	(1.971)	9.344
Sistema de transporte	569	-	-	(89)	480
Total	22.694	336	(48)	(2.670)	20.312

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 3,26%, em 30 de junho de 2018 (7,21%, em 30 de junho de 2017), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível

Refere-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, sistemas e desenvolvimento. A amortização é efetuada de acordo com vida útil estimada após a entrada em produção.

	1º Semestre de 2018				Saldo Final 30/06/2018
	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	22.702	-	-	(3.576)	19.126

	1º Semestre de 2017				Saldo Final 30/06/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	23.852	3.940	-	(2.017)	25.775

14 Depósitos

a. Interfinanceiros

Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - DII negociados com o Banco do Estado de Sergipe - (BANESE).
Foi estabelecido em 15/01/2018 com o Banco do Estado de Sergipe - (BANESE) acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - (SFN) com fulcro na emissão de Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - (DII) por parte da POUPEX com respectiva contrapartida na aplicação de CDI-PÓS no BANESE (Nota Explicativa 5.a) lastreado em *netting* (cláusula de compensação nos termos do Art. 368 do Código Civil) como forma de mitigar o risco de crédito a que as Instituições estão sujeitas em decorrência dessa multiplicidade de operações beneficiando ambas as partes.

O acordo POUPEX-BANESE está amparado pela Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e no Art. 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com respectivo registro na CETIP. A emissão do DII em *netting* com o BANESE no primeiro semestre de 2018 foi no valor de R\$ 53.000. Sendo, R\$ 15.000, em 27/02/2018; R\$ 35.000, em 21/03/2018; e, R\$ 3.000, em 20/06/2018. O valor atualizado do DII na posição 30/06/2018 é de R\$ 53.748.

Durante a vigência do acordo de compensação e liquidação de obrigações estabelecido com o BRB, realizou-se emissão do DII em *netting* no valor de R\$ 50.000, em 26 de janeiro de 2017, e sua compensação ocorreu no dia 26 de janeiro de 2018. O saldo total resgatado foi de R\$ 53.951.

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de captação	917	1.979
DII	917	1.979

Despesas de captação com depósitos interfinanceiros (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultado)

b. A prazo

As obrigações inscritas em “Depósitos a Prazo”, no valor de R\$ 883.037, em 30 de junho de 2018 (R\$ 785.078, em 30 de junho de 2017), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e à TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército - FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Os referidos depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de captação	28.838	37.189
Depósitos especiais	28.838	37.189

Despesas de captação com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

Letras de Crédito Imobiliários - (LCI) negociadas por meio de corretoras

Referem-se à LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes. Os títulos emitidos atingem a disponibilidade para resgate a partir do 90º dia de sua venda, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015.

	30/06/2018	30/06/2017
Letras de Crédito Imobiliário – (LCI)	288.088	315.000
Títulos com opção de resgate atingida	209.202	-
Emissão compreendida entre 1 a 90 dias	78.886	315.000

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com LCI	8.766	7.947
Juros LCI	8.450	7.803
Comissão LCI	316	144

Despesas de captação com LCI (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

16 Outras obrigações

	30/06/2018	30/06/2017
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	39	4
Fiscais e previdenciárias	11.156	11.398
Diversas	94.028	92.630
Total	105.223	104.032

a. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Registra os Impostos sobre Operações Financeiras – (IOF) incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros.

b. Fiscais e Previdenciárias

Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

c. Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (c.1)	6.028	4.889
Obrigações por contribuições ao SFH (c.2)	1.112	1.179
Provisão para pagamentos a efetuar (c.3)	48.641	49.868
Despesas de pessoal	47.557	46.707
Outras despesas administrativas e pagamentos	1.084	3.161
Provisão para contingências (c.4)	21.272	23.640
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	1.087	650
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	1.002	839
Sistema PEX	7.921	4.592
Valores transitórios - Sistema PEX (c.5)	41	40
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	2.448	2.325
Valores sob análise - Sistema de Controle de Mutuários	17	662
Valores a repassar a construtoras	-	2.607
Recursos recebidos-promitente comprador	1.010	687
Poupança livre - não sujeitas a compulsório	2.640	40
Recursos a liberar/empréstimo c/ garantia imobiliária	616	-
Outros credores	193	612
Total	94.028	92.630

c.1. Obrigações com vendedores de imóveis / financiados

Registra as importâncias a ser liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação - (SFH).

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para contingências

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	30/06/2018	30/06/2017
Passivos trabalhistas (ii.1)	9.116	3.712
Provisão para riscos fiscais (ii.2)	-	7.618
Poupança	4.685	4.520
Financiamento imobiliário	7.174	7.472
Outros	297	318
Total	21.272	23.640

i. Movimentação das provisões para contingências

Contingências	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no 1º semestre 2018		Saldo em 30/06/2018
		Entradas/ Transferências	Saídas	
Trabalhistas	6.070	5.078	(2.032)	9.116
Cíveis	12.391	890	(1.125)	12.156
Fiscais	7.792	-	(7.792)	-
Total	26.253	5.968	(10.949)	21.272

Contingências	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no	
---------------	---------------------	-----------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2018

Valores expressos em milhares de Reais

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

ii.1 Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisões para riscos fiscais

Houve mudança de critério sobre o registro de provisões passivas de acordo com a Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19 de setembro de 2016. O disposto nesta Carta Circular aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data base de janeiro de 2017. Desta forma, o saldo desta conta foi reclassificado para o grupo Diversos, conforme composição item c.4.

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (que trata, entre outros assuntos, das contribuições para os Programas de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS) pelo STF no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 7.792 (R\$ 7.618, em 30 de junho de 2017), sendo este saldo, totalmente revertido em 02 de janeiro de 2018.

APOUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 145.665 e ao PIS, o de R\$ 15.907. Esses valores referem-se a contingências ativas e, por esse motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

ii.3 Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

d. Passivos contingentes - Risco possível

As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota. Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	Quantidade	30/06/2018	Quantidade	30/06/2017
Condomínio	-	-	1	5
Crédito Imobiliário	320	1.353	393	1.563
Empréstimo Simples	13	56	16	67
Fundo de Apoio Moradia – (FAM)	2	37	3	107
Material de Construção	3 *	3	3 **	2
Poupança	55	947	61	929
Trabalhista (vide nota ii.1)	6	4.156	5	709
Outros	3	3	3	11
Total	402	6.555	485	3.393

* Apenas um processo sem desembolso

** Apenas um processo com desembolso

Ações - Condomínio

Objeto das ações: representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito Imobiliário

Objeto das ações: representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promoção de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial – (PES), substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Com fulcro no disposto na Cláusula 11, itens 11.10 e 11.12, do Instrumento de Acordo Coletivo, que versa sobre planos econômicos, firmado em 11 de dezembro de 2017, entre FEBRABAN e entidades representativas dos poupadores, com a intervenção da BACEN e com a mediação da AGU, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX aderiu ao referido instrumento e apresentou seu termo de adesão, nos autos do Recurso Extraordinário nº 631.363/SP, em curso no Supremo Tribunal Federal, para que surta os seus efeitos jurídicos. A POUPEX possui provisão para fazer frente a todos os resultados das negociações judiciais vindouras a partir da adesão ao "Instrumento de Acordo Coletivo" não acarretando nenhum impacto aos resultados futuros da Instituição.

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio Líquido	6.334.525	5.433.706
Recursos de associados poupadores	5.306.101	4.471.797
Reservas de resultados	996.095	906.107
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.003)	(3.611)
Resultados acumulados	36.332	59.413

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central do Brasil - (BACEN), os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo – (APE).

	1º Semestre	
	2018	2017
Despesas de captação	123.085	150.624
Depósitos de Poupança	119.403	147.191
FGC	3.682	3.433

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

Em 24 de abril de 2018, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.653, que alterou, entre outros, o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.222, de 25 de maio de 2013, reduzindo de 0,0125% para 0,01% as contribuições mensais ordinárias das Instituições associadas ao FGC. O recolhimento com alíquota reduzida teve início a partir de abril de 2018.

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajustes de avaliação patrimonial - (TVM)

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens das demonstrações de resultados

a. Outras receitas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de encargos e despesas	5.621	4.049
Reversão de imposto de renda	811	876
Reversões de ações judiciais	1.370	7.639
Reversões de PIS e COFINS	7.792	15.604
Reversão-complemento de prestação	638	689
Outras rendas operacionais	599	736
Total	16.831	29.593

b. Despesas de pessoal

	30/06/2018	30/06/2017
Salários	33.401	38.695
Benefícios	7.456	6.896
Encargos sociais	14.573	18.483
Treinamentos/estagiários	805	759
Total	56.235	64.833

c. Outras despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de comunicação	966	839
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.440	1.640
Despesas de material	573	537
Despesas de processamento de dados	1.049	3.435
Despesas de promoções e relações públicas	740	644
Despesas de propaganda e publicidade	713	1.084
Despesas de publicações	365	426
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.849	2.831
Despesas de serviços de terceiros	1.148	857
Despesas de serviços técnicos especializados	1.126	2.571
Despesas de transportes	229	215
Despesas de viagens	309	455
Passivo trabalhista/desp. c/indenizações trabalhistas	2	781
Despesas com uniformes	67	262
Despesas de copa e cozinha	362	356
Despesas de consignação	437	434
Despesas de depreciação/amortização	5.941	4.686
Outras	34	84
Total	17.350	22.137

d. Despesas tributárias

	30/06/2018	30/06/2017
IPTU	93	42
ITBI	176	48
Imposto de renda	2.359	3.915
IOF	295	247
Taxas	44	55
ISS	118	109
COFINS	5.041	6.341
PIS	819	1.030
Atualizações	-	336
Total	8.945	12.123

e. Outras despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Retomada de imóveis	1.709	924
Contribuições para associações	156	117
Atualizações diversas	216	187
Resíduos de prestação/amortização/seguros	115	72
Descontos concedidos em renegociação	6.436	2.808
Provisões para perdas com FCVS	1	3
Prejuízo com financiamento/sinistro	2.145	405
Despesas de provisões passivas	5.189	818
Complemento/devolução de prestações	1.307	622
Despesas com imóveis de terceiros	721	701
Desp. com ações de Mutuários/Assoc. Poupadores	209	-
Outras	66	15
Total	18.270	6.672

f. Resultado não operacional

	30/06/2018	30/06/2017
Resultados na alienação de valores e bens	1.639	934
Perda líquida de capital	-	5
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(164)	(115)
Total	1.475	824

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e estatutos de ambas. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército - FHE. Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos administradores da POUPEX, formado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, estão assim demonstrados:

Composição da remuneração	30/06/2018	30/06/2017
Honorários	1.917	1.871
Benefícios pós-emprego	280	266
Total	2.197	2.137

A POUPEX não concede empréstimos aos membros da Diretoria Colegiada, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – FHE. Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No 1º semestre de 2018, o montante de ressarcimento foi de R\$ 113.469 (R\$ 124.150, no 1º semestre de 2017).

Depósitos - No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% de juros ao ano, cujo encargo totalizou, no 1º semestre de 2018, R\$ 5.021 (R\$ 5.859, no 1º semestre de 2017). Cessão de Crédito - Refere-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 170.073, no 1º semestre de 2018 (R\$ 103.692, no 1º semestre de 2017). Eles decorrem de contratos para aquisição de financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

a. As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército – FHE estão assim resumidos:

	30/06/2018				30/06/2017			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento	31.544	-	-	-	30.819	-	-	-
Folha de pessoal	28.736	-	-	-	28.518	-	-	-
Custo de processamento	2.808	-	-	-	2.301	-	-	-
Depósito especial	-	-	-	-	-	-	93.333	-
FHE	-	-	75.463	-	-	-	93.333	-
Total	31.544	-	75.463	-	30.819	-	93.333	-

Contas de resultado

	30/06/2018	30/06/2017
Ressarcimento - pessoal	95.377	110.773
Ressarcimento - TI	18.092	13.337
Encargos de captação	(5.021)	(5.859)

20 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPEX estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPEX - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

Características	Plano Misto de Benefícios POUPEX
Modalidade (consoante a Resolução MPS/CGPC16/2005)	Contribuição Variável – (CV)
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadores	POUPEX - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001
Quantidade de Grupo de Custeio	1 (um)
Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC	nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPEX é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, a POUPEX vem assumindo o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

Cumprir destacar que a última alteração regulamentar trouxe novas formas de percepção de benefício programado no Plano, considerando a modalidade de Contribuição Definida – CD.

Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A avaliação atuarial do benefício pós-emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPEX, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 1º semestre de 2018, considerando os dados e as informações disponibilizadas, estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial – WEDAN, bem como hipóteses e parâmetros atuariais previamente estudados.

b.1 Estatística descritiva populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPEX na data base de 31/05/2018, utilizada nesta Avaliação Atuarial comparativamente àquela utilizada na avaliação anterior, que estava posicionada em 30/11/2017:

Estatística populacional	30/06/2018	30/06/2017
Participantes Ativos	1.239	1.256
Idade Média (anos)	41	41
Participantes Auto patrocinados (*)	9	7
Idade Média (anos)	45	38
Participantes em BPD	6	4
Idade Média (anos)	58	61
Aposentados Válidos	5	5
Idade Média (anos)	73	72
Aposentados Inválidos	10	9
Idade Média (anos)	60	61
Pensionistas (número de beneficiários)	17	15
Idade Média (anos)	45	44

*Não considerado para fins de Avaliação Atuarial.

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31/05/2018 foi submetida à análise de consistência e de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, após ratificações da Entidade administradora, julgadas adequadas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 20187
Valores expressos em milhares de Reais

b.3 Apuração de Duration do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPEX, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do 2º semestre de 2017, resultando no valor de 14,06 pontos. Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 29/06/2018 (último dia útil do semestre), auferindo a Taxa Real de Juros em 5,91% ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e as Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e os deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, entre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido – BD têm como base as Hipóteses e as Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável. Neste contexto, a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação dos planos de benefício de caráter previdenciário a serem observados pelas EFPC's, pertinentes aos estudos técnicos de aderência e convergência. Apresentamos, a seguir, as Hipóteses e as Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no 1º semestre de 2017:

Hipóteses e premissas atuariais	30/06/2018	30/06/2017
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPEX 2015)	Hx (EXP. POUPEX 2015)
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,65%	3,52%
Taxa de rotatividade	GAMA – ROT	GAMA – ROT
Taxa real anual de juros	5,91%	5,64%
Taxa de inflação projetada	3,99%**	4,96%*
Taxa anual de juros	10,14%	10,88%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	10,14%	10,88%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC

Principais hipóteses atuariais	30/06/2018	30/06/2017
Crescimento real de salários	3,65%	3,52%
Taxa real anual de juros	5,91%	5,69%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

(*) 2017 - Projeção BACEN – Séries Temporais – 06/01/2017, referente ao exercício de 2017.

(**) Definida pela Patrocinadora.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEX está segregado em Benefício Definido – (BD) e Contribuição Definida – (CD), conforme a seguir apresentado:

1º Semestre de 2018			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(28.033)	(262.980)	(291.013)
Ativo justo	68.009	262.980	330.989
(Deficit) / Superavit	39.976	-	39.976

1º Semestre de 2017			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais			
Contribuições administrativas	766	5.528	6.294
Contribuições extraordinárias	10	71	81
Totais	776	5.599	6.375

1º Semestre de 2017			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(28.139)	(235.372)	(263.511)
Ativo justo	60.751	235.372	296.123
(Deficit) / Superavit	32.612	-	32.612

1º Semestre de 2017			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.214	5.785	6.999
Contribuições administrativas	29	138	167
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.243	5.923	7.166

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	30/06/2018	30/06/2017
Valor do ativo justo no início do período	65.692	70.344
Receita de juros dos ativos	3.299	4.019
Contribuições do patrocinador	766	1.214
Benefícios pagos	(516)	(470)
Efeito de Combinações e Alienações de Negócios (Alt. Reg.)	-	(15.020)
Ganhos/(Perdas) sobre o ativo justo	(1.232)	664
Valor do ativo justo no final do período	68.009	60.751

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação em BD

	30/06/2018	30/06/2017
Valor da obrigação atuarial no início do período	(30.296)	(41.297)
Custo de juros líquido	(1.636)	(2.453)
Custo do serviço corrente líquido	(2.016)	(2.090)
Benefícios pagos	516	470
Efeito de Combinações e Alienações de Negócios (Alt. Reg.)	-	15.020
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	5.399	2.211
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	3.777	2.367
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	1.622	(156)
Valor da obrigação atuarial no final do período	(28.033)	(28.139)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (asset ceiling)

	30/06/2018	30/06/2017
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(35.396)	(29.407)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.663)	(1.566)
Ganhos/(Perdas) sobre o Teto do Ativo	(2.917)	(1.999)
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(39.976)	(32.612)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	30/06/2018	30/06/2017
Custo do serviço corrente líquido	(2.016)	(2.090)
- Custo do serviço corrente líquido	(2.016)	(2.090)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(1.636)	(2.453)
- Receita de juros dos ativos	3.299	4.019
- Juros sobre o teto do ativo	(1.663)	(1.566)
Total a ser reconhecido	(2.016)	(2.090)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	30/06/2018	30/06/2017
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	(1.232)	664
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	5.399	2.211
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	3.777	2.367
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	1.622	(156)
Ganhos / (Perdas) sobre o teto do ativo	(2.917)	(1.999)
Total a ser reconhecido	1.250	876

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo justo do plano	68.009	60.751
Valor presente da obrigação de benefício definido	(28.033)	(28.139)
Superavit / (Deficit) do plano	39.976	32.612
Efeito do teto do ativo	(39.976)	(32.612)
Status da obrigação de benefício definido	-	-

Resumos dos lançamentos

Passivo / Ativo reconhecido no início do período	30/06/2018	30/06/2017
Despesa do período (DRE)	(2.016)	(2.090)
Outros resultados abrangentes (ORA)	1.250	876
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	766	1.214
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	30/06/2018	30/06/2017
Realizável	6.523	5.362
Títulos públicos	198.904	177.794
Créditos privados e depósitos	52.741	50.378
Fundos de investimentos	78.705	63.816
Empréstimos	25.693	24.984
Exigível operacional	(4.575)	(4.074)
Fundo previdencial	(21.991)	(17.679)
Fundo administrativo	(6.523)	(5.362)
Fundo de investimentos	(3.333)	(2.867)
Ajuste para mercado	4.845	3.771
Ativo justo total	330.989	296.123
Parte-BD	68.009	60.751
Parte-CD	262.980	235.372

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	30/06/2018	30/06/2017
Realizável	1,80%	1,66%
Títulos públicos	54,86%	55,16%
Crédito privados e depósitos	14,55%	15,63%
Fundos de investimentos	21,71%	19,80%
Empréstimos	7,09%	7,75%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEX (Entidade administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEX em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2019 - 2023, com revisão anual.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, a solvência, a liquidez e a rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo como *benchmarks* o indexador do Plano, INPC-IBGE (referente aos benefícios em BD) acrescido de 4,50% ao ano, concernente aos juros reais.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 30/06/2018
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(28.516)	(27.608)	(28.413)	(27.666)	(27.291)	(28.809)	(28.033)
Valor justo dos ativos do plano	68.009	68.009	68.009	68.009	68.009	68.009	68.009
Superavit / (Deficit) técnico do plano	39.493	40.401	39.596	40.343	40.718	39.200	39.976

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 30/06/2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	- 0,25%	0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(28.661)	(27.677)	(28.532)	(27.760)	(27.371)	(28.944)	(28.139)
Valor justo dos ativos do plano	60.751	60.751	60.751	60.751	60.751	60.751	60.751
Superavit / (Deficit) técnico do plano	32.090	33.074	32.219	32.991	33.380	31.807	32.612

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos

Considerando os valores dos benefícios esperados a ser pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados - Posições	30/06/2018	30/06/2017
Até 1 ano:	1.313	1.237
De 1 ano a 2 anos:	1.615	1.531
De 2 anos a 5 anos:	6.805	6.591
Acima de 5 anos:	120.522	116.723
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	130.255	126.082

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 14,06 anos (pontos).

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	31/12/2018
Custo do serviço corrente líquido	(1.894)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.894)
Custo de juros líquido	-
- Custo de juros da obrigação	(1.602)
- Receita de juros dos ativos	3.546
- Juros sobre o teto do ativo	(1.944)
Total a ser reconhecido	(1.894)

d.13 Contribuições esperadas para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	804	5.802	6.606
- Contribuições administrativas	10	74	84
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	814	5.876	6.690

21 Gerenciamento de riscos e capital regulatório

a. Processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O processo de gerenciamento de riscos e de capital da POUPEX possibilita que os eventos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, e que o capital regulatório seja continuamente monitorado e controlado.

Para isso, a Instituição conta com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), vinculada diretamente ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente, segregada das demais áreas gerenciais e da Auditoria Interna.

A atuação da CORCI tem como objetivo certificar-se que medidas efetivas de gerenciamento, mensuração e controle de riscos estão sendo realizadas na Instituição.

A Governança compreende o gerenciamento de riscos e de capital como instrumento essencial de gestão, disponibilizando, para tanto, políticas, normas e procedimentos, além de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades, cujos resultados lhe são evidenciados por relatórios.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação, em consonância com as normas expedidas pelo órgão regulador, alinhadas com os padrões de integridade, valores éticos e objetivos estratégicos da POUPEX.

Os normativos asseguram que a Instituição mantenha estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações e o nível de complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas, bem como a dimensão de sua exposição aos riscos.

As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital são disponibilizadas na *intranet*, no sentido de preservar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas. O relatório anual de gerenciamento de riscos e de capital é aprovado pela Administração Superior e, na sequência, publicado na página da Instituição na internet, em <http://www.poupe.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

Em fevereiro de 2018 passou a vigor a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estipulou incremento na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, destacando-se a constituição de Comitê de Riscos - CORIS e a indicação, junto ao Banco Central – BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (*Chief Risk Officer* - CRO).

Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas:

- ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- à reestruturação de instrumentos financeiros; aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Utilizando-se das diretrizes institucionais e dos preceitos da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o gerenciamento de risco de crédito consiste na adoção de políticas, normas e procedimentos com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e reportar os riscos associados às operações de crédito, bem como o estabelecimento de medidas que permitam mitigá-los.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da POUPEX abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a esta categoria de risco.

A mensuração é realizada valendo-se da base de dados dos sistemas institucionais para calcular o montante provisionado, os valores baixados e recuperados de prejuízo, o detalhamento da exposição da carteira imobiliária por setor econômico e por região geográfica, o monitoramento da qualidade da carteira de financiamento imobiliário, o comportamento da inadimplência dessa carteira, segregada por forma de pagamento (boleto, débito em conta corrente e consignação) e por *status* contábil (normal, anormal e prejuízo), o comparativo da inadimplência com o mercado, o acompanhamento da inadimplência por tipo de garantia e a verificação da aderência à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Adicionalmente, a partir de informações gerenciais apropriadas, a POUPEX monitora o risco da contraparte intermediadora, que corresponde aos recursos repassados por entidades consignantes, com as quais a Instituição mantém convênios, originados de descontos realizados na folha de pagamento dos servidores que contratam os produtos da Instituição.

A carteira de crédito é avaliada regularmente em termos de sua qualidade, sendo alcançada com o acompanhamento dos limites de exposição de riscos definidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2018
Valores expressos em milhares de Reais

O processo de gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses. A POUPEX detém baixa exposição a este risco em função do elevado montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, e possui plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez.

Deu-se continuidade à possibilidade de o público em geral investir em Letras de Crédito Imobiliário (LCI) ofertadas pela POUPEX, que se constituem em títulos de renda fixa, com o objetivo de favorecer, de forma crescente, o desempenho financeiro da POUPEX.

Esse tipo de operação minimiza a dependência da captação de poupança, particularmente nos períodos em que os saques superem os depósitos, além de ampliar as disponibilidades da Instituição para aplicação em operações que resultem a formação de resultados satisfatórios e crescentes.

O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes a este risco são submetidos a revisões periódicas pela Governança.

d. Risco Operacional
O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo o risco legal associado a contratos firmados pela Instituição, com sanções estabelecidas em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações a terceiros por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados internamente e aprovados pela Governança, na gestão e no controle do Risco Operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

O gerenciamento de Risco Operacional está vinculado ao Sistema de Controles Internos (SCI) e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza, inclusive na prevenção ao conflito de interesses. A Instituição tem estabelecida uma Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento realizado pela CORCI.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados na Resolução citada, além de outros que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

e. Capital Regulatório
O Patrimônio de Referência - PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, cuja metodologia segue os procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

O PR é formado pelo somatório dos Níveis I e II, sendo o Nível I constituído pelo Capital Principal (CP) e Complementar, que tem como função absorver as perdas relacionadas à execução regular das operações, enquanto o Nível II tem por finalidade assimilar aquelas decorrentes da liquidação de uma Instituição.

O Capital Principal da POUPEX é constituído pelo Nível I, composto pelas Reservas de Lucros e Contas de Resultado, deduzindo-se os Ajustes Prudenciais.

A apuração do PR é realizada com base nas demonstrações contábeis, em consonância com as Resoluções CMN nºs 4.192 e 4.193, ambas de 1º de março de 2013, e Circular BACEN nº 3.726, de 6 de novembro de 2014.

A adequação dos requerimentos mínimos de PR da Instituição é acompanhada mensalmente por intermédio da elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), expresso na forma de índices e limites. A Instituição atende à determinação do BACEN para a manutenção permanente de capital (Patrimônio de Referência) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades.

As exposições aos riscos de Crédito, Mercado e Operacional são apurados de acordo com o somatório dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted-Assets - RWA*) e estão suportadas pela regulamentação vigente, alcançando os registros das contas de Ativo, Passivo e de Compensação.

A POUPEX optou pela Abordagem do Indicador Básico (*Basic Indicator Approach - BIA*) como metodologia para a apuração da parcela do RWA, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (*RWA_{pad}*), conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008.

O cálculo do PR da POUPEX encontra-se detalhado a seguir:

Patrimônio de Referência (PR)	30/06/2018	30/06/2017
Base de Cálculo - em R\$ mil	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	719.374	622.560
Capital Principal (CP)	719.374	622.560
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	996.095	906.108
Ajustes de Avaliação Patrimonial*	(4.003)	(3.612)
Sobras ou Resultados acumulados	36.332	59.413
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais Exceto Partic. Não Coligadas e Créd. Tributário	309.050	339.349
PR Nível I Desconsiderados os Ajustes Prudenciais	1.028.424	961.909
Capital Principal Ajustado II	1.337.474	1.301.258
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	719.374	622.560

DIRETORIA	
ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIANA Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor
CLAUDIO ROGERIO PINTO Diretor	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
JOSIANE RODRIGUES NEIVA Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 1º SEMESTRE/2018

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional - SFN, a POUPEX tem aprimorado o gerenciamento de riscos inerentes às suas atividades como forma de garantir a continuidade das operações executadas, contanto, para tanto, com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI, vinculada ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente, e pelo Comitê de Riscos - CORIS, recém implementado na Instituição em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

O Gerenciamento dos Riscos Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez, como também o Gerenciamento de Capital, contam com estrutura e políticas institucionais estabelecidas de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A CORCI vale-se de procedimentos suficientes para avaliar o nível de complexidade e extensão das operações desenvolvidas, cujas rotinas identificam e qualificam as categorias de riscos e o gerenciamento de capital, de forma contínua e sistemática, de modo a conduzir os processos de forma condizente com a realidade operacional da Instituição. O Risco de Crédito tem atuação prioritária no monitoramento da carteira imobiliária, avaliando as movimentações entre os níveis de risco e os limites das operações por cliente. O Risco de Mercado consiste em monitorar as situações decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, cujos testes de *stress* indicam haver amparo consistente de capital.

O Risco Operacional é caracterizado pela atuação conjunta com o Sistema de Controles Internos - SCI no tratamento de situações e eventos identificados, dando subsídios para aprimorar processos de trabalho adotados pelas áreas gestoras da Instituição. Essa metodologia auxilia na prevenção a riscos que possam comprometer as operações realizadas e favorece a disseminação de medidas de controles nos processos desenvolvidos.

O Gerenciamento de Capital é realizado de forma a suportar os riscos inerentes às atividades, representado pelo processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantendo margem gerencial que esteja aderente aos normativos do órgão regulador e dê sustentação às premissas operacionais realizadas, inclusive quanto aos Adicionais de Capital e aos requerimentos mínimos.

ACORCI tem disseminado a cultura de gerenciamento de riscos na Instituição por meio da divulgação das Políticas (disponíveis na *INTRANET*), e a descrição da estrutura de gerenciamento de capital e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, publicados na página da POUPEX na *Internet* (www.poupe.com.br).

Brasília – DF, 13 de agosto de 2018.

HIDELMA DA CUNHA NANTES
Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. **BN: alínea “a”, inc. II do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.**

A Resolução CMN nº 4.553/2017 enquadrou as instituições financeiras em categorias, entre S1 e S5, para fim de aplicação proporcional da regulamentação prudencial, considerando o porte e a atividade internacional que compõem cada segmento, tendo a POUPEX sido enquadrada no Segmento 3 (S3), que é composto pelas instituições cujo ativo total seja igual ou superior a 0,1% (um décimo por cento) e atinja no máximo 1% (um por cento) do Produto Interno Bruto - (PIB).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal
Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez e difícil avaliação, ou que dependam de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016, em obediência ao art. 11 da Resolução CMN nº 4.192, a POUPEX passou a deduzir os ajustes prudenciais do Capital Principal, equivalente à aplicação de percentual sobre o saldo dos ativos intangíveis, que em 2017 representou 80%, tendo se alterado para 100% em 2018.

O Capital Principal é também ajustado pelo montante dos investimentos em Letras Financeiras Subordinadas Nível II (LFSN), que são consideradas instrumentos de captação emitidos por instituições, elegíveis a compor o Nível II nos termos das Resoluções CMN nº 4.123/2012 e 4.192/2013. Esse ajuste reduz o PR da Instituição.

Índice de Basileia:
Considerando as recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, entre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

No Brasil, a aplicação dos Acordos de Basileia envolveu maior rigor regulatório em relação aos padrões internacionais; no Acordo de Basileia I, por exemplo, o BACEN definiu em 11% o fator de ponderação de risco aplicado ao RWA, enquanto os padrões internacionais sugeriam 8%.

O BACEN determinou que o requerimento mínimo de PR convergisse aos padrões internacionais paulatinamente, retroagindo dos 11% para 8% entre 2015 e 2019. Em contrapartida, introduziu, também gradualmente, três colchões de capital, que formam o Adicional de Capital Principal (ACP), sendo: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável à POUPEX.

Esses fatores estão reunidos numa única rubrica, intitulada Adicional de Capital Principal, e têm suas alíquotas elevadas progressivamente, a partir de 2016 até 2019, que deverão ser somados aos elementos de capital. Além disso, previu:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, segregado nos Níveis I e II, estando a Instituição alcançada apenas pelo Nível I;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Com a adoção de Basileia III, o órgão regulador fez convergir os requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de índice mínimo no intervalo de 11% a 13%, conforme demonstrado a seguir.

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência – PR*	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	-	1,25%	2,5%	3,75%	5,0%
ACP-Conservação	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP-Contracíclico	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Novo Requerimento de Capital	11,0%	11,13%	11,75%	12,38%	13,0%

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor. Na POUPEX, os Índices de Capital foram apurados segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, que tratam, respectivamente, do cálculo do PR e dos Requerimentos Mínimos de PR em relação ao montante do RWA. O quadro a seguir detalha a distribuição dos índices relacionados à Instituição.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia	27,11	21,87
Índice de Capital Principal – ICP	27,11	21,87
Índice de Nível I – INI*	27,11	21,87
Índice de Imobilização	3,26	7,21

Houve ajustes nos Índices de Basileia, ICP, INI e de Imobilização, referente a junho/2017, impactados pelo valor da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional, refletidos no DLO daquele mês.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente	
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro	
ORLANDO HUMBERTO COSTA JUNIOR Conselheiro	PAULA LUCIANA VIANA DA SILVA LIMA MAZANÉK Conselheira	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
JOSIANE RODRIGUES NEIVA Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 1º SEMESTRE/2018

O ambiente de controle estabelecido pela POUPEX está alinhado com o nível de complexidade das operações desenvolvidas, voltado a garantir segurança e monitoramento preventivos dos procedimentos adotados internamente, estando amparado por normativos que abordam os critérios de qualificação da estrutura de controles internos, em que se pode destacar aspectos relacionados à segregação de funções, à prevenção ao conflito de interesses e aos crimes de lavagem de dinheiro, às competências e alçadas decisórias, ao gerenciamento de riscos, ao mapeamento de processos, às atualizações vinculadas à tecnologia da informação – TI, à atuação de comitês, inclusive o de Ética, e ao estabelecimento de um Código de Conduta.

As decisões estratégicas são tomadas em colegiado, pelos Conselho de Administração e Diretoria, em estrita observância aos interesses da Instituição, considerando a abordagem das diversas áreas que constituem a estrutura organizacional da POUPEX. Além disso, ocorrem reuniões mensais entre os gestores, no sentido de nivelar conhecimento acerca de assuntos relevantes ocorridos no período.

Consta constituído o Sistema de Controles Internos – SCI, cujo núcleo é formado pela Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO, a Ouvidoria – OUVID e a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, que o coordena, tendo como principal objetivo contribuir com os gestores no aperfeiçoamento dos processos de trabalho, no mínimo para evitar que haja reincidências de eventos de risco.

A participação dos gestores nas reuniões bimestrais coordenadas pelo SCI é o elemento essencial para justificar a atuação dessa estrutura, considerando tratar-se de oportunidade para que sejam avaliados os eventos que se caracterizem como potencial risco operacional, o que favorece a implementação de pontos de controles internos para minimizar ou até extinguir os efeitos de determinado evento nos processos executados pelas áreas.

A POUPEX, como única Associação de Poupança e Empréstimo atuante no país, tem como principais operações a captação de poupança e a concessão de crédito imobiliário, cujos processos ocorrem em obediência a nível adequado de segregação de funções e de impedimento de conflito de interesses, na medida em que as ações são executadas por áreas distintas e com níveis de reporte diferenciados entre as Diretorias da Instituição.

A segregação de funções também dá suporte ao processo de pagamento da POUPEX, uma vez que a respectiva inserção de dados ocorre em Diretoria apartada da que se responsabiliza pela liquidação e efetivação dos créditos, fato também evidenciado na contabilização, que se processa numa terceira área, totalmente desvinculada das demais. A metodologia utilizada internamente prevê a atuação do SCI de forma integrada com o gerenciamento de riscos, uma vez que os fatos catalogados como ameaça recebem tratamento tempestivo pela Governança para que sejam adotadas as medidas saneadoras que se façam necessárias. O Comitê de Auditoria – COAUD avalia semestralmente os mecanismos de trabalho do SCI, tendo se posicionado satisfatoriamente quanto aos resultados alcançados.

Ocorrem conciliações diversas das operações realizadas pela POUPEX, com ênfase para as conduzidas pela área de Contabilidade, o que permite a identificação imediata de pendências surgidas quando do registro contábil. Além disso, as demonstrações contábeis têm seus procedimentos autorizados pela Diretoria Colegiada e confirmadas pelas Auditorias Interna e Externa.

Brasília – DF, 13 de agosto de 2018.

HIDELMA DA CUNHA NANTES
Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Resumido referente ao primeiro semestre de 2018.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou várias reuniões referentes ao primeiro semestre de 2018, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (I) a sua independência; (II) a qualidade dos serviços prestados; e (III) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;
- Supervisionou as atividades da área de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos;
- Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;
- Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da

Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras; O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o primeiro semestre de 2018.

Brasília - DF, 27 de agosto de 2018.

Claudio Rogerio Pinto Membro do COAUD – Coordenador	Ricardo José Andrade Leite Viana Membro do COAUD
José de Castro Neves Soares Membro do COAUD	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Associados, e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX Brasília – DF

Introdução Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (“POUPEX”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em 30 de junho

de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à POUPEX, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da POUPEX, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da POUPEX é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POUPEX continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POUPEX, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da POUPEX são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POUPEX.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da POUPEX. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POUPEX a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília - DF, 28 de agosto de 2018.

